



DIANOVA
INTERVENÇÃO EM TOXICODEPENDÊNCIAS

EXIT

Ano 4_nº 11_Jan/Mar 07

Tema: Redes Sociais e Gestão do Capital Social

- Editorial
- Em Foco Nacional
- Entrevista com...
- Tema de Actualidade
- Dianova Internacional
- Não há droga sem senão...
- Inter-gerações
- Drog@s
- Saídas



Rui Martins

Director de Comunicação

Impacto do Capital Social nas Organizações

A importância das redes, da qual fazem parte agentes que baseiam muita da sua actuação nos princípios da associação e da cooperação, é vital para as ONG cujas origens e operações estão alinhadas com as dimensões chave do capital social: redes, relações, normas e confiança e visão partilhada. Organizações como a Dianova lidam com numerosas redes internas e externas – desde os colaboradores, Utentes e famílias, comunidades locais, sistema nacional de saúde e solidariedade, reguladores e comunidades financeira e empresarial – através das quais desenvolvem relações e edificam a confiança que irão permitir a este tipo de organizações poderem eficazmente prosseguir a sua missão.

Diz-nos o princípio da Associação que os indivíduos agem conjuntamente de forma a realizar objectivos comuns sem recurso a uma autoridade externa, mediante uma ordem produzida pelas normas e valores em que se fundam relações de confiança. Se a teoria económica convencionalmente refere, através de Mancur Olson ("A Lógica da acção Colectiva") ou do Dilema do Prisioneiro, que a Associação é inviável com base no princípio de que os indivíduos em grupo agem de acordo com os seus interesses pessoais, Karl Polanyi ("A Grande Transformação") contrasta esta inevitabilidade egoísta com a naturalidade das pessoas se organizarem colectivamente para atingir os seus objectivos, uma vez que as relações sociais baseiam-se em obrigações e expectativas inter-pessoais. Tal parece historicamente conivente com a postulação de Alexis de Tocqueville ("Democracia na América"): "a arte da associação torna-se a mãe da acção, estudada e aplicada por todos".

Decorrente desta "arte de associação", parece que estamos a assistir à emergência de uma nova teoria do capital, focalizada no jogo das acções individuais e das posições sociais no processo de capitalização. Jaime Quesado, em O Novo Capital, refere a propósito da convergência competitiva de Portugal que "a ausência da prática de uma "cultura de cooperação" tem-se revelado mortífera para a sobrevivência das organizações. (...) Por isso importa potenciar e verdadeiramente reforçar uma "capacidade de cooperação" positiva, com dimensão estratégica capaz de se consolidar a médio prazo". Tal pode e deve passar por exemplo no domínio da toxicod dependência, por uma cada vez mais efectiva e racional articulação entre as instituições de solidariedade social e o sistema nacional de saúde e/ou prisional que beneficie em última instância as pessoas que carecem de reabilitação e reinserção, ajudando a devolver-lhes o seu poder de cidadania, e às suas famílias desejosas de momentos de tranquilidade e incremento de bem-estar.

Ao focalizarmo-nos na Economia Social ou Terceiro Sector (ou especificamente na inter-disciplinaridade entre as dimensões sociológica e económica), é de suma importância o capital social definido por Lin como "o conjunto de recursos enraizados nas redes sociais que são acessíveis e usados pelos

indivíduos nas suas acções com vista à produção de benefícios". Segundo Lin, os 4 elementos – informação, influência, credenciais sociais e consolidação – que incrementam os resultados dessas acções podem explicar a importância do capital social em acções instrumentais e expressivas que não são tidas em conta por outras formas de capital como o económico ou humano. Como? Facilitando o fluxo de informação, dado que nas situações de mercado imperfeitas, os laços sociais em determinadas posições hierárquicas estratégicas podem oferecer ao indivíduo informação relevante acerca de oportunidades e escolhas que de outra forma não teria acesso, de que é exemplo informação sobre a melhor empresa para trabalhar; uso de influência sobre os agentes que desempenham papel crucial na tomada de decisões, tais como contratar ou promover; certificando credenciais sociais do indivíduo mediante os laços sociais e o reconhecimento das suas relações, reflectindo a acessibilidade do indivíduo a recursos através dessas mesmas relações ou redes sociais, isto é, do seu capital social; e esperando que as relações sociais reforcem a identidade e o reconhecimento, "reforços" estes essenciais à manutenção da saúde mental e o direito aos recursos.

A aplicação do conceito e da prática de capital social junto das organizações da economia social parece ser da maior relevância, pois como é sugerido por King "as organizações não lucrativas mantêm e incrementam o capital social original com o qual foram formadas e alargadas em áreas chave diversas. As organizações e os seus líderes devem nutrir o capital social **com vista a (benefícios)** recrutar os seus membros, aumentar o apoio filantrópico, desenvolver parcerias estratégicas, envolver-se em lobby, incrementar relações com a comunidade e criar uma missão e visão estratégica partilhada junto da organização e dos seus membros".

Pode assim constatar-se que o capital social requer um focus relacional, constituindo as relações sociais a base para estabelecimento de compromissos, confiança, troca de informação, facilitando a cooperação e partilha de recursos que criam valor organizacional. Sem estas relações e redes, formadas por pessoas que necessitam umas das outras para alcançar objectivos económicos, psicológicos e sociais comuns, o denominado Terceiro Sector e a Economia em geral não sobreviveriam. ■

"Encontro Distrital de Projectos Progride"

Organizado pela Dianova e Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, o "Encontro Distrital de Projectos Progride" reuniu mais de 150 profissionais de áreas diversas num evento que teve por objectivo dar a conhecer os 7 projectos desenvolvidos no âmbito do desenvolvimento social e comunitário e inclusão social no distrito de Aveiro, de que é exemplo o **Projecto SOLIS**, promovido pela C.M. OAZ e executado pela Dianova em conjunto com 9 Parceiros locais, com uma duração de 48 meses (Setembro de 2005 a Agosto de 2009).

Para além da visão nacional do Programa Progride, pelo Coordenador Nacional deste Programa do I.S.S., o Evento contou com a presença de 8 especialistas convidados (aos quais a organização reitera os seus agradecimentos) para a apresentação e debate dos temas **"Avaliação na Intervenção Social"**, **"Redes e Cooperação na Intervenção Social"**, **"Empreendedorismo na Intervenção Social"** e **"Marketing para Causas Sociais"**.

O Evento contou adicionalmente com uma exposição dos 7 Projectos em curso no Distrito de Aveiro, nomeadamente: Projecto **"SOLIS"**, Oliveira de Azeméis; Projecto **"Incluir"**, Castelo de Paiva; Projecto **"Direitos e Desafios"**, Santa Maria da Feira; Projecto **"Ria – Rede de Intervenção de Aveiro"**, Aveiro; Projecto **"Novo Rumo"**, Espinho; Projecto **"Novos Trilhos"**, Ovar; e Projecto **"Desalojar a Exclusão"**, Sanguedo.



"Rede, Cooperação e Inovação no Terceiro Sector"

Organizada pela Dianova Internacional – ONG que tem por missão contribuir para o desenvolvimento social através da educação e da intervenção nas toxicodependências, actualmente presente em 13 países da Europa, América Latina e América do Norte –, a conferência internacional "Rede, Cooperação e Inovação no Terceiro Sector" reuniu no CCB cerca de 150 especialistas e convidados internacionais e nacionais para debater o sector das toxicodependências e a importância que as redes colaborativas desempenham no incremento da eficiência e da eficácia das intervenções junto desta problemática.

Sendo o grande ponto de reflexão os desafios do século XXI, nesta conferência debateu-se a necessidade de antecipar as mudanças, através da análise da inovação, da gestão do conhecimento, dos padrões de consumo e das mudanças na prática da intervenção. O compromisso com a juventude foi outro momento importante de reflexão neste encontro, no qual as convergências e divergências dos jovens no contexto global e a tendência das legislações sobre menores no âmbito da União Europeia vão ser analisados à luz dos especialistas nacionais e internacionais na matéria.

A conferência contou com o patrocínio *pro bono* da Mediahealth Portugal a nível de assessoria de imprensa e com a colaboração simbólica de Pedro Abrunhosa através da exibição do single "Quem me leva os meus fantasmas", a quem a organização reitera os seus agradecimentos.

Visite-nos em www.dianova.org ■





Dr. Jaime Quesado

Gestor do Programa Operacional Sociedade do Conhecimento – MCTES

Dianova: Alexis de Tocqueville referia em “Democracia na América” que “a arte da associação torna-se (...) a mãe da acção, estudada e aplicada por todos”. Mais de 170 anos depois, assistimos a uma nova teoria do capital (social). Que análise faz do impacto que diferentes formas de capital tangíveis e intangíveis assumem na sustentação da vida das pessoas em sociedade?

Dr. Jaime Quesado: Li como qualquer cidadão normal que se interessa por estes temas o livro do Tocqueville, um livro que me marcou, e li também recentemente na “The American Interest” uma conversa entre Francis Fukuyama e Bernard-Henri Lévy a propósito desta questão do Tocqueville e da “Democracia na América”, e aqui a questão que se coloca é a seguinte: há de facto na estruturação da vida das pessoas e numa sociedade como a que vivemos, que é uma sociedade do conhecimento, uma sociedade marcada pela globalização, impactos muito distintos ao nível daquilo que se pode considerar capitais intangíveis e tangíveis. Ao nível dos capitais intangíveis punha a tónica em três áreas que me parecem importantes e que eventualmente até tem a ver com a organização do meu livro.

Primeiro: o **capital estratégico** tem a ver com uma das preocupações mais recentes de Habermas, e no estudo que ele fez sobre Rawls e o problema da justiça e democracia, que é a questão de as sociedades, os países e as nações, e com base nisso as pessoas, definirem de uma forma muito concreta aquilo que é a sua missão estratégica. Portanto, a justificação da vida das pessoas tem a ver com aquilo que é a

missão da sociedade e o seu relacionamento com a própria sociedade, e eu penso que a questão do capital estratégico se torna cada vez mais importante por uma razão muito simples que se prende com a dicotomia entre Estado Nação e globalização, ou seja, as pessoas têm que perceber que o seu enquadramento dentro do estado nação é diferente daquele que era no passado porque há de facto contornos que têm que ver com a globalização que tornam isto diferente. E eu aqui referia até um conceito recente que é o conceito dos *mobile knowledge workers* – os MKW – que são de facto pessoas que perdem a noção da sua integração no Estado Nação e passam de facto a ser verdadeiros cidadãos globais.

O **capital operacional** tem a ver com o que as pessoas fazem no seu dia-a-dia, na sua vida pessoal, na sua vida profissional, nas inter-relações que estabelecem umas com as outras, perceberem que isso não se pode fazer sem uma arquitectura minimamente sustentada em termos operacionais, ou seja, se é verdade que é importante para as organizações, para as pessoas e para as nações haver uma estratégia, um fio condutor, uma missão, é tão ou mais importante haver uma lógica operacional que sustente tudo isto, e isso tem a ver com a alteração do paradigma da própria organização pessoal – das pessoas em termos da dicotomia da vida familiar e vida pessoal/profissional, organização das suas preferências do ponto de vista de timings pessoais, profissionais... portanto, a questão operacional tem a ver com a organização que as pessoas dão à sua própria vida.

E finalmente a questão da criatividade – o **capital criativo** é de facto, na minha opinião, e isso é mais ou menos consensual, o grande capital decisivo neste novo século, na sociedade do conhecimento, na economia global; têm-se feito bastantes estudos à volta da questão dos talentos, editou-se agora o novo livro “The rise of the creative class” (Richard Florida), em Portugal o António Câmara (CEO da Ydreams) tem falado muito desta questão dos talentos, ou seja, as pessoas que têm talento serem capazes de imputar à própria sociedade como um todo o carácter decisivo que a criatividade, a inovação e a aposta no talento têm para esta temática.

Capitais tangíveis. Eu diria que tudo o que tem a ver com a aposta nos recursos tradicionais da economia – a terra, o capital no sentido material – só tem sentido nos dias de hoje se de facto houver uma articulação minimamente sustentada com os capitais intangíveis, e numa sociedade crescentemente desigual e dual, quer do ponto de vista social, quer do ponto de vista territorial, tem que haver um equilíbrio entre capitais tangíveis e intangíveis que permita que tudo isto seja possível.

Dianova: A teoria clássica de capital, formulada por Marx, baseada na exploração das relações sociais entre duas classes, em que é a classe dominante que realiza o investimento e acede ao lucro, deu lugar às teorias neo-capitalistas de capital humano (Johnson, Schultz e Becker), capital cultural (Bourdieu) e capital social (Bourdieu, Coleman, Lin, Putnam). Na sua opinião, quais as características distintivas destas teorias?

Dr. Jaime Quesado: Eu ao chamar este meu pequeno manifesto que é assim que eu o entendo o “Novo Capital”, foi por tentar demonstrar que de facto a teoria clássica de Marx está actual de acordo com os ajustamentos da própria sociedade em que vivemos. Hoje existe o novo capital que tem a ver com os talentos, a criatividade, a aposta nos *knowledge mobile workers*, a capacidade de eles influenciarem de uma forma mais ou menos informal, mas futuramente cada vez mais efectiva, a própria condução da sociedade. A classe criativa deverá,

assim, constituir-se como um parceiro estratégico do ponto de vista de grandes decisões ao nível dos países e das nações. Eu diria que as características distintivas dessa teoria são muito claras, ou seja, todas elas, no fundo, apontam para um fenómeno que é o seguinte: nós vivemos numa sociedade, numa economia global, e o conceito fronteira Estado Nação e o conceito de fronteiras de identidades sociológicas entre as pessoas e as culturas deixaram de ter sentido, e o que existe hoje é claramente um mundo global onde as pessoas têm que actuar de uma forma competitiva e dinâmica.

Nesse mundo global, em que a economia é dinâmica e competitiva, o conhecimento atinge um factor fundamental como elemento de distinção e, por isso, o **capital humano** é fundamental porque são as pessoas que são a essência da criação e da sustentação desse conhecimento e dessa criatividade. O **capital cultural** é também importante porque há apesar de tudo uma tendência para a criatividade e o conhecimento serem um elemento de renovação cultural e de aposta cultural para o futuro. E o **capital social** como é evidente tem um pouco de tudo isso, ou seja, quando eu anteriormente falava em capital estratégico e capital operacional tal só tem sentido se houver um mínimo de organização estruturada nas cidades. Logo, quando se fala em capital social fala-se nas sociedades como um todo estarem dotadas de mecanismos de organização sustentados, quer do ponto de vista de definição das suas actuações, quer do ponto de vista da sua regulação.

Concluindo, o "Novo Capital", em que é reeditado o Marx na sociedade do conhecimento e na economia global, pretende fazer a ponte entre aquilo que são as novas dinâmicas que permitem aos talentos, à cultura e à organização social como um todo terem uma nova abordagem estratégica.

Dianova: Afirma ainda hoje no Jornal de Negócios (edição de 30-05-07) que é "doentia a incapacidade de implementar e dinamizar o capital social em Portugal".

Dr. Jaime Quesado: Sim, manifestamente e reafirmo o que digo, ou seja, o texto que eu hoje fiz no JN tem a ver com a cerimónia na semana passada de entrega do Prémio Pessoa ao António Câmara (CEO da Ydreams), que é de facto uma pessoa notável no nosso país porque, além de ser um ilustre investigador e de ser uma pessoa que na área dele tem feito um trabalho notável, tem uma atitude positiva em relação a Portugal que é manifestamente de louvar. O que se passa em relação ao nosso país, e tem a ver também com o livro do José Gil e outras teorias mais recentes, é que efectivamente existe uma incapacidade estratégica no tecido social português de agarrar uma capacidade de auto-afirmação positiva, ao contrário da Espanha ou de outros países. Isto tem a ver com questões intrínsecas do ponto de vista sociológico e do ponto de vista até do conceito do próprio Estado Nação. Mas o que é certo é que é de facto muito difícil no nosso país conseguir criar uma cultura positiva em relação ao futuro e implementar uma dinâmica de aposta em novos desafios.

Como é que se resolve isso? Implica uma revolução no verdadeiro sentido do termo, as revoluções valem o que valem, não se fazem por decreto, uma renovação do tecido social que passa muito pela educação, pela capacidade de nas novas gerações, desde a escola, começar a incutir-se uma cultura de agressividade, de empreendedorismo, de aposta na mudança e no tecido social como um todo, na família, nas relações profissionais, na capacidade de cooperação entre actores... Infelizmente os resultados não têm sido positivos.

Dianova: Parece que continuamos muito avessos ao risco e à inovação, quer em termos de empreendedorismo, quer de uma cultura de cooperação, muito visível ao nível das organizações sem fins lucrativos. Esta carência de uma cultura de cooperação e capacidade empreendedorística, que implicações é que acabam por ter na eficácia organizacional?

Dr. Jaime Quesado: Muito grande. Nós temos em Portugal um manifesto problema de ineficiência e ineficácia. Aliás, como sabe, há inúmeros autores internacionais que têm versado sobre estas temáticas como a Teresa Amabile, professora da Universidade de Harvard, que têm insistido na importância que a eficiência e a eficácia das organizações têm para a eficácia dos países. Em Portugal temos uma manifesta falta de cooperação, não há uma cultura de cooperação, não há uma cultura de cooperação em competição e de competição pela cooperação – a chamada cooptação – que radica basicamente em duas grandes questões: **primeiro**, os objectivos estratégicos das organizações são totalmente distintos e as universidades, as empresas, as próprias entidades políticas, municípios e outros, têm objectivos diferentes, não havendo claramente uma capacidade de os articular em termos de um objectivo comum. Têm-se tentado inúmeras formas de o fazer, projectos muitas vezes até de natureza pública porque são normalmente importantes em termos de alavancar situações posteriores, mas, de facto, os resultados têm sido muito pequenos porque falta uma consciência colectiva em relação a essa matéria, ou seja, uma ausência de uma consciência colectiva em relação aquilo que é o interesse comum e que radica em questões mais sociológicas de que falamos de início.

Segundo, a dificuldade da organização territorial do nosso país é outro factor porque se nós tivéssemos um modelo territorial estruturado devidamente alavancado em questões de organização estratégica, tal facilitaria à partida a cultura de cooperação. Têm havido muitas discussões à volta da regionalização, não regionalização, qual o modelo mais adequado para o país, o que é certo é que se conseguisse definir uma lógica estruturada de aposta em pós-competitividade em algumas regiões, talvez se conseguisse criar uma cultura estratégica de actuação e cooperação. Há vontade de o fazer nos próximos tempos, esperemos que se consiga pelo menos caminhar nesse sentido, mas esta ausência de cultura de cooperação tem sido claramente doentia em termos de eficácia organizacional, seja no Estado, seja na universidade e mesmo nas próprias empresas. As empresas têm sido muitas vezes prejudicadas e há exemplos disso em alguns sectores de actividade por uma falta evidente de cooperação e quando o fazem os resultados vêm à vista. Cito dois exemplos: o calçado, que é um caso muito conhecido, tendo sido fundada em 1975 a APICCAPS que, no fundo, se assume como uma plataforma de abordagem do sector em termos de mercados globais e que tem criado claramente uma cultura e uma prática de eficiência, eficácia, emotividade e rigor; outro caso com resultados muito positivos é na área moldes, na Marinha Grande, em que pequenas empresas muitas delas de base empreendedora têm sido altamente beneficiadas por esta lógica de cluster e de agregação que tem criado uma cultura de cooperação muito positiva.

Dianova: Isto quer dizer que até como a própria teoria económica se tem desenvolvido ou a própria economia se tem dedicado a estas questões, nomeadamente, com muito pouca atenção àquilo que é a denominada economia social ou solidária...

Dr. Jaime Quesado: Sim, sim. Eu diria que tem havido alguma preocupação do ponto de vista de minimizar algumas práticas que têm a ver com a chamada economia social, mas não está claramente na agenda pública, ou seja, a economia social ainda não atingiu aquele



Entrevista com...

paradigma de conseguir com os exemplos que tem, e são alguns apesar de tudo em Portugal, de criar uma cultura de responsabilização em relação aos aspectos positivos que a cooperação tem na dinamização destas situações.

Dianova: **Isso quer dizer que a Universidade, como também muito se advoga, está muito afastada daquilo que é a vida empresarial, o que faz muitas vezes com que os jovens quando chegam às empresas sintam que o gap entre a teoria e a prática é muito grande. Está a base do conhecimento – a Universidade – assim tão arreigada da prática empresarial e societal? No seu entender em que deve assentar este actor de conhecimento e desenvolvimento? Em que consiste o que denomina de Factor T?**

Dr. Jaime Quesado: Este Factor T tem a ver com uma teoria que Richard Florida desenvolveu a propósito da classe criativa e que basicamente diz que a Universidade é claramente, no presente e no futuro, cada vez mais o centro de competência por excelência das nações e das sociedades, e a sua renovação estratégica no presente, e que estrutura cada vez mais no futuro, passa pelo compromisso daquilo que são os chamados três T (**Tecnologias, Talento e Tolerância**) e que dá origem ao chamado **Factor T**.

O **talento** surge na linha dos conceitos da sociedade do conhecimento e da criatividade; as Universidades são centros de geração de talentos e são centros de rejuvenescimento e reciclagem de talentos. A capacidade que as Universidades têm de formar e de potenciar talento relaciona-se com a capacidade que a sociedade tem posteriormente de os acomodar e de os dinamizar. Passa pela **tecnologia** porque efectivamente nós vivemos numa sociedade de conhecimento em que a tecnologia é um instrumento de eficácia e de modernidade, e penso que tem sido e que cada vez mais o vão ser, com exemplos como o MIT (Massachusetts Institute of Technology), Harvard e mesmo Portugal. E a questão da **tolerância** no sentido de a Universidade se constituir como um exemplo daquilo que deve ser uma prática social estabilizadora, ou seja, empreendedorismo, agressividade, mudança, mas com um sentido de regulação e de equilíbrio. Penso que a Universidade portuguesa está a passar por um profundo processo de reestruturação estratégica. O Estado tem nessa matéria um papel fundamental e está a fazê-lo, sendo naturalmente uma matéria delicada porque a Universidade em Portugal teve um crescimento exponencial nos anos 80 que foi fruto de uma política pública decisiva para a proliferação de Universidades e Politécnicos públicos, e mais tarde privadas, tendo permitido criar uma ideia de desenvolvimento territorial equilibrado, ainda que manifestamente artificial, muito importante para cidades do interior como Vila Real, Covilhã, Évora, Castelo Branco e outras que acabaram por ter um fluxo migratório em torno das Universidades.

Esse fenómeno acabou por se tornar de certa forma inócuo a partir do final dos anos 90 quando efectivamente se verificou que era insustentável manter os seus efeitos, primeiro porque a sua sustentação no futuro só podia ser feita se acompanhada paralelamente pela criação de empresas que permitisse dar sequência à saída de talentos que saíssem das Universidades, evitando um fenómeno de fluxo dos talentos que vinham para a Universidade para o Litoral sendo o Interior um mero ponto de passagem, e segundo porque com o aumento da concorrência internacional as próprias Universidades passaram a ter dificuldades em termos orçamentais, dinamização interna, reestruturação organizativa e financeira adequada a Bolonha, fazendo que se assumam cada vez mais como um centro de excelência.

Nós precisamos em Portugal sobretudo de poucas, boas Universidades que se assumam como centros geradores de grandes talentos que, em articulação com as empresas portuguesas, possam de certa forma colaborar num processo de reestruturação estratégica da nossa economia e da nossa sociedade.

Dianova: **King afirma que as organizações não lucrativas (OSFL) representam “o epítome do capital social em acção”. Considera que estas organizações tenham maiores probabilidades de gerar capital social? Em que condições?**

Dr. Jaime Quesado: Eu diria que as organizações não lucrativas têm uma responsabilidade muito particular na geração de capital social, sendo certo que o seu escopo não é o do lucro e que têm um enquadramento específico na sociedade. O que é certo é que as funções que elas se acometem, que são muitas vezes de correcção de assimetrias sociais e territoriais, portanto de estabilização de um certo nível de coesão social, acabam por, do ponto de vista de agenda pública e das redes de adequação que propiciam, chamar a atenção para estas questões de capital social.

Penso que o papel das OSFL, seja ao nível económico, seja sobretudo ao nível social no verdadeiro sentido do termo, tende a ganhar crescente importância a nível global, e isso é visível através dos grandes movimentos relacionados com questões nobres como a sustentabilidade, clima e outras associadas com a mudança do paradigma da sociedade como um todo, inclusive no nosso país. Creio que tem havido, fruto das questões de coesão social e das desigualdades que a nossa sociedade está cada vez mais a ter, quer em termos sociais, quer em termos territoriais com estes fenómenos de metropolização crescente de Lisboa e do Porto, uma tendência para essas organizações não lucrativas passarem a ter uma parte activa cada vez maior na sociedade.

Temos todavia dois problemas: o primeiro é a sua legitimidade institucional ser reconhecida pelo Estado e pelos diferentes parceiros, e isso consegue-se muitas vezes com resultados e com algum movimento de sustentação no tempo; e segundo é o seu movimento de criação se constituir como uma verdadeira rede e passar a constituir-se como um verdadeiro parceiro estratégico, e nesse sentido ainda há claramente muito a fazer.

Dianova: **Aliás um dos grandes problemas tradicionais para além da falta de capital técnico, financeiro, social, relacional, etc., prende-se com o empowerment destas organizações a nível de competência estratégica ou de gestão, o que acaba por afectar a própria eficácia organizacional. Neste sentido, como é que as OSFL podem inverter esta tendência para incrementar a sua eficiência a sua eficácia?**

Dr. Jaime Quesado: Eu diria que de duas formas: primeiro, organizando-se em rede. O efeito rede pode ser muito importante do ponto de vista de criação de uma massa crítica mínima que lhes permita dar sustentabilidade organizativa interna e com isso criar condições de organização que lhes permitam ter capacidade de intervenção exterior; e, segundo, fazendo com que se assumam como verdadeiros parceiros, e ao fazê-lo tentem internalizar boas práticas que já são realizadas sobretudo por organizações empresariais.

Eu diria que é fundamental no futuro evoluir em 2 sentidos: **estruturação interna** dessas entidades através de formação de redes artificiais internas, e, claramente, **apostar numa lógica de cooperação** entre organizações lucrativas e não lucrativas. Penso que a banca aqui tem um papel fundamental, e algumas empresas

de referência já estão a fazer algo nesse sentido e deverão fazê-lo mais, e, no fundo, criar uma cultura de parceria entre organizações lucrativas e não lucrativas que permita que, independentemente dos seus objectivos serem diferentes, haja uma convergência estratégica à volta deste objectivo comum.

Dianova: Qual o papel ou benefícios das Tecnologias de Comunicação e Informação na eficácia organizacional das OSFL?

Dr. Jaime Quesado: Ontem estive em Portugal o Nicholas Carr, professor de Harvard que ficou muito conhecido quando esteve aqui há uns anos a dizer que o IT não interessa (*IT doesn't matter*), e ele tem vindo a tentar demonstrar que as tecnologias de comunicação e informação interessam no sentido em que consigam ser devidamente apropriadas. As tecnologias de informação e comunicação têm sido um instrumento fundamental na reengenharia processual das organizações nomeadamente nos EUA onde de facto foi determinante no aumento da produtividade e competitividade da economia americana, e infelizmente menos na Europa; agora, é verdade que a sua utilização em termos de eficácia organizacional e particularmente em organizações deste tipo só tem sentido se for devidamente acutelado.

Eu diria que as TIC nas OSFL têm um papel importante em termos de eficácia organizacional se forem de certa forma acompanhadas de três grandes áreas de actuação: a **primeira** é uma adequada formação das pessoas no sentido de perceber aquilo que as TIC podem de facto potenciar; a **segunda** tem a ver com a capacidade das TIC serem utilizadas como um instrumento e não como objectivo em si mesmo; e a **terceira** é serem um instrumento de que são uma imposição de redes, ou seja, aquele objectivo das redes que eu anteriormente referia quer internas quer, em adequação com entidades lucrativas, poderá ser bastante bem dinamizado através destas e tem sido de uma forma mais ou menos consensual nos últimos tempos.

Dianova: Há quem defenda uma leitura alternativa às conclusões de Robert Putnam em que aparentemente se registava nos EUA um decréscimo alarmante do índice de participação cívica, e consequentemente de capital social, mensurado através da adesão a grupos ou absentismo eleitoral, nomeadamente o novo capital social em crescendo verificado nos fóruns, blogs e outros canais de comunidades virtuais – Lin sugere estarmos a assistir na actualidade a um “crescimento revolucionário do capital social representado pelas redes cibernéticas”. Qual a sua percepção acerca deste fenómeno?

Dr. Jaime Quesado: Eu diria que numa nova economia global e sociedade do conhecimento, a partir do momento em que tivemos uma alteração do paradigma das redes cibernéticas e com a emergência dos blogs, fóruns... tudo mudou. Portanto, o capital social passou a ter um instrumento revolucionário que, de certa forma, tem a grande vantagem de o estar a contestar e a pôr em causa de uma forma permanente. Isso tem efeito ao nível dos instrumentos habituais de massificação e transmissão de conhecimento – a imprensa escrita, a televisão, a internet – que passam a ser prejudicados em termos da sua verdadeira utilização nesta matéria, mas há claramente aqui dois outputs que eu gostaria de referir.

O **primeiro**, tem a ver com a capacidade de compromisso que possa existir entre comunidades virtuais e comunidades reais. Assistimos hoje um pouco por todo o mundo, e em Portugal de uma forma muito particular, a esta dialéctica de cumplicidade estratégica entre comunidades virtuais que se vão desenvolvendo, muitas vezes por

emergência de jovens e de actores isolados que de facto se associam de uma forma informal nestas situações, e, por outro lado, comunidades reais, territoriais, que estão muitas vezes ligadas a essa situação. É fundamental que as comunidades virtuais e comunidades reais se inter-operabilizem entre elas, para usar uma linguagem mais ou menos técnica, ou seja, é fundamental que haja aqui uma capacidade de articulação porque se é verdade que o virtual é global, e muitas vezes está dissociado do terreno, também não deixa de ser verdade que a sua articulação com o terreno traz vantagens. E, **segundo**, é importante que esta rede informal e em alguns casos já formal de fóruns, blogs e outros canais, se assumam como um instrumento de **revolução cultural**. Ou seja, é importante que as inúmeras tendências que estão associadas aos inúmeros blogs e fóruns que existem que ganhem alguma consciência colectiva relativamente aquilo que deve ser o objectivo de evolução da sociedade.

Portanto, o capital social tem muito a ganhar com esta capacidade crítica de assumpção dos fóruns, blogs, como uma verdadeira rede de crítica construtiva. A revolução e renovação do capital social do país passa também pela capacidade desta revolução cultural que é propiciada através dessas comunidades cibernéticas que conseguem participar nesse processo. Têm-no feito de uma forma casuística, penso que esse fenómeno tenderá a crescer. Até que ponto é que isso é importante na renovação do tecido social português logo veremos. Nós sabemos agora o impacto que teve em França a utilização destes meios nas eleições francesas presidenciais, os dois principais candidatos fizeram disso um instrumento fundamental; em Portugal vamos ter agora eleições para a Câmara Municipal de Lisboa e é claro que o meio digital tem uma presença importante nestes grandes espaços colectivos de discussão. Mas é importante que tal tenha depois expressão e articulação com o terreno para não se criarem aqui dois mundos e que não falam um com outro.

Dianova: Concorda com a análise efectuada por Fukuyama de que a “confiança é a espinha dorsal do sucesso económico”, definindo capital social como a “capacidade projectada pela prevalência da confiança numa sociedade ou partes dela”? Como valoriza o papel da confiança no desenvolvimento das relações intra e inter-institucionais?

Dr. Jaime Quesado: É fundamental. Aliás a propósito da questão do Tocqueville e da “Democracia na América” e daquela troca de impressões entre o Fukuyama e o Lévy, o primeiro conhecido e eminente politólogo americano, professor na Universidade Johns Hopkins e o segundo um conhecido comentador independente francês, e independentemente de análise distinta que eles faziam da evolução da América e da Europa, do papel que uma e outra têm no mundo e das possibilidades criativas de abordagem conjuntas para o futuro até a propósito do Iraque, havia uma questão na qual eles eram claramente consensuais: que é a **questão da confiança** porque tudo isto se faz com confiança.

O próprio Richard Florida fala nisso, ou seja, a classe criativa, os talentos, só podem claramente apostar no futuro se houver aqui uma confiança da parte deles e da parte da própria sociedade na assumpção do papel que eles têm nessa matéria. É também a mensagem do Carr: tudo isto se faz com confiança, confiança positiva, as pessoas têm que acreditar que são capazes, têm que acreditar que os seus talentos são reconhecidos e aproveitados pela sociedade e tem que haver depois uma confiança colectiva da sociedade em que esse é claramente um mecanismo de aposta no futuro. Como disse, em Portugal tal infelizmente não existe ou existe em termos muito baixos, e eu acho que a criação de uma confiança colectiva positiva no nosso país passa



Entrevista com...

claramente pela capacidade que os criativos têm em inculzir à sociedade como um todo esse motor.

Dianova: Alguns autores defendem a ideia de que a estratégia de desenvolvimento económico de um país depende quer de factores tangíveis como esforço de investimento, qualificação de recursos humanos e dotação de recursos naturais, quer de factores de ordem cultural e social como vínculos morais de confiança, predisposição para cooperar e valores dominantes numa sociedade (os denominados factores intangíveis de capital social). Considerando o investimento de Portugal no desenvolvimento tecnológico, quais os principais vectores estratégicos e operacionais em que assenta o desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento?

Dr. Jaime Quesado: O objectivo da Sociedade do conhecimento e a experiência portuguesa tem sido importante nessa matéria. Na minha opinião, assenta em 4 grandes vectores: o **primeiro** na redefinição do papel do Estado, na sua relação com o cidadão, e na assumption de que o Estado é claramente o elemento central da organização da sociedade. Independentemente da discussão que possa haver entre Estado Nação e o caso português, é óbvio até por causa da questão da União Europeia, o Estado tem claramente que assumir as suas responsabilidades enquanto elemento aglutinador de uma sociedade. E a sociedade do conhecimento não se pode fazer sem essa intervenção estratégica do Estado.

O **segundo** vector tem a ver com a criação e o fomento de uma cultura de cidadania digital, que se prende com 2 aspectos: primeiro, numa sociedade do conhecimento, as pessoas têm que se sentir incluídas e participativas, e para isso, obviamente têm de dispor de formação digital; portanto, a questão da capacidade das pessoas serem actores numa sociedade do conhecimento passa pela capacidade de uma cultura digital que no nosso país infelizmente ainda é baixa. Por outro lado, passa também pelas pessoas perceberem que estando dotadas de uma formação e de uma cultura digital isso habilita-as a um trabalho e a uma vivência em rede que é lógica da própria sociedade do conhecimento.

Em **terceiro**, o papel da inovação e da criatividade: a sociedade do conhecimento faz-se com uma permanente capacidade de inovar de criar e de por em causa. As empresas, Universidades e os outros actores dentro da sociedade do conhecimento têm uma capacidade e uma responsabilidade fundamental que é a de permanentemente recriar de uma forma positiva aquilo que é a capacidade de abordar o mercado e a sociedade.

Um **quarto** e último aspecto tem a ver com a sustentabilidade das redes, ou seja, a sociedade do conhecimento é uma sociedade em rede, para usar a expressão de Manuel Castells, é uma sociedade – usando agora uma expressão mais informática – 2.0. Eu acho que a questão das redes, redes nacionais, redes europeias, redes globais, é a base de uma sociedade do conhecimento, só tem sentido se os três primeiros aspectos forem devidamente tidos em atenção. O Estado deve assumir o seu papel central de coordenação e respeitabilidade estratégica, as pessoas sentirem-se actores e não se sentirem desinseridas e excluídas, para usar uma expressão mais forte, e finalmente a inovação e criatividade como motor fundamentais de tudo isto. Se estes três primeiros factores funcionarem acho que temos uma rede que assegura a sociedade do conhecimento.

Dianova: Pode dar-nos alguns exemplos práticos do papel que o POSC tem tido neste momento?

Dr. Jaime Quesado: O POSC, como sabe, é um programa operacional que tem financiado neste quadro comunitário de apoio, que está a terminar, muitos projectos nesta matéria e eu citaria 3 áreas: a primeira, tem a ver com a rede de organização do Estado nomeadamente do ponto de vista do Governo Electrónico, a loja do cidadão, o cartão do cidadão, o portal do cidadão, o passaporte electrónico... são tudo instrumentos tecnológicos que permitem que o Estado se qualifique do ponto de vista da eficiência e transparência na relação que tem com o cidadão e se credibilize no seu papel central que tem que assumir.

A segunda, foi feito já um investimento interessante na área da formação e na criação de uma cultura digital nas pessoas, nomeadamente nos segmentos mais necessitados como idosos e pessoas excluídas; reconheço que o nosso país do ponto de vista da formação tem défices estruturais perfeitamente avassaladores e ainda há muito a fazer.

Em terceiro, a inovação e criatividade: temos apoiado projectos que são eles próprios um exemplo do que deve ser o apoio à ideia e à sua concretização do ponto de vista de negócio e é aqui que assenta a ideia da inovação da criatividade como exemplo de motor da sociedade do conhecimento.

Dianova: Quais as principais aplicações que este esforço e investimento no conhecimento traz para os portugueses e para Portugal?

Dr. Jaime Quesado: Eu acho que em Portugal existe, apesar de tudo, já uma sensibilidade da sociedade, das elites de uma forma evidente, ao longo do território de uma forma menos evidente, mas crescentemente, em relação ao papel que o conhecimento tem como elemento de aposta no modelo de desenvolvimento para o país. Portanto, as implicações que tem são claramente duas: primeiro, criar uma cultura na sociedade civil portuguesa, com o Estado obviamente a ter aqui um papel central, de que o conhecimento, a inovação e a criatividade a utilizar são os vectores fundamentais para alteração de paradigmas no desenvolvimento do país para assegurar a sua própria sustentabilidade no futuro no quadro de uma União Europeia e de uma economia global; e, segundo, demonstrar que o conhecimento, mais que um factor de exclusão, é um factor de inclusão e de que a capacidade das pessoas se articularem em termos estratégicos passa muito claramente pela aposta que deve ser feita nessa matéria.

Dianova: Aliás refere no seu livro "O Novo Capital" que o "Conhecimento é a nova marca para o território português". Em que sentido e como levá-lo à prática?

Dr. Jaime Quesado: Nós temos através de alguns projectos emblemáticos como as cidades digitais tentado criar a ideia de que a renovação do território passa pela aposta no conhecimento. Nós estamos a assistir a um país cada vez mais dual, há um estudo das Nações Unidas que mostra que em 2015 se nada for feito, 45% da população estará na área metropolitana de Lisboa, e mais de 20% na área metropolitana do Porto. São indicadores recentes que apontam nesse sentido, de facto há uma crescente situação de talentos e de recursos no eixo Santarém – Setúbal e muito no eixo Braga – Aveiro, e quem for para o Interior vê que a situação é dramática.

Quem fosse a Trás-os-Montes e ou às Beiras há 10 anos e for hoje vê que, apesar de alguns investimentos que foram feitos em termos públicos que são visíveis a nível de equipamentos sociais e de alguma renovação do parque imobiliário, a fixação de pessoas, talentos e de empresas nessas regiões é cada vez menor. Há claramente

um fenómeno de desertificação do interior e, ou há uma política activa por parte do Estado e das agências públicas de criação de mecanismos que façam com que isto estanque e se inverta em algum sentido, ou então teremos um problema sério em Portugal que é a divisão do país em duas faces, uma face minimamente ocidentalizada, com padrões adaptada à União Europeia que é o Litoral, e uma face completamente desequilibrada e com padrões cada vez menos desenvolvidos que é o Interior.

Dianova: **Salienta também que sendo o Conhecimento estratégico para Portugal, o primeiro vector a activar positivamente é o capital social. De que forma?**

Dr. Jaime Quesado: É como já referi anteriormente, há três aspectos a ter em conta: primeiro o Estado. Eu acho que Portugal está a passar por um processo de profunda reorganização da Administração Pública e de implementação de mecanismos de eficiência e transparência, mas claramente o Estado tem que assumir o seu papel central de motor de uma nova forma de capital social para o país, porque a confiança do Estado nas pessoas e das pessoas no Estado é o principal elemento no capital social. O segundo tem a ver com o papel que os agentes criativos têm na criação de uma cultura de inovação e criatividade que ela própria é um instrumento de renovação permanente do capital social do país. O capital social, na minha opinião, deve ser um capital dinâmico e não meramente estático e para ser dinâmico precisa de se auto-recriar com alguma lógica equilibrada e para isso os agentes criativos são fundamentais. O terceiro tem a ver com a questão do equilíbrio territorial, do conhecimento, como disse anteriormente, e a nova marca para o território, se conseguir potenciar um certo equilíbrio territorial, estará naturalmente com isso a contribuir para um capital social mais estável.

Dianova: **Aponta também um aspecto importante que é a nova lógica de "redes colaborativas", ou seja uma aposta no capital relacional. Qual o papel desempenhado pelas "Redes Integradas"? Pode dar-nos um exemplo da sua aplicabilidade na prática?**

Dr. Jaime Quesado: Vou dar o exemplo das cidades e regiões digitais e pegar no bem sucedido projecto Aveiro Digital. O projecto Aveiro Digital é um projecto que se assume como uma verdadeira rede colaborativa integrada, tem na sua lógica de definição o factor da região – os Municípios, a Universidade, as empresas de referência da região e entidades da sociedade civil – e que na sua concepção claramente foram investidos três grandes objectivos: o **primeiro** é fazer deste projecto um projecto de definição de uma plataforma de bonança para a região no sentido em que o conhecimento que ele propicia possa constituir-se como um elemento de reengenharia estratégica da própria região no contexto do país e do mundo; **segundo**, criação de uma cultura cooperativa maior entre os actores, actores específicos e actores globais, ou seja, entre os municípios entre si, entre os municípios e a Universidade, entre a Universidade e as empresas e, portanto, a criação dessa lógica de plataforma comum; e **terceiro**, a capacidade de a partir dessa lógica de cooperação e de trabalho em conjunto criar condições para uma verdadeira dinâmica de excelência estratégica do ponto de vista do futuro. Eu diria que são essas as condições que permitem dizer que um projecto de uma rede integrada se constitui como um verdadeiro exemplo do que deve ser uma rede social futura.

Dianova: **O novo QREN 2007–2013 está prestes a ser implementado. Quais as apostas para o novo quadro de referência estratégico nacional? Já há alguma definição a seguir?**

Dr. Jaime Quesado: Está a ser ultimada como sabe, e apesar de não estar tudo definido, essas áreas irão continuar a ter claramente prioridade. Eu penso que existe hoje um consenso na União Europeia e em Portugal por inerência, que essas apostas no conhecimento, na inovação, na criatividade, são fundamentais para o cumprimento da Agenda de Lisboa que é uma marca que diz que a competitividade da UE e dos países que acompanham como é o caso de Portugal (e Portugal de uma forma muito especial porque é um país secular, periférico, com problemas estratégicos bastante complexos), passa por uma renovação do tecido social. Essa renovação não pode ser feita sem uma ruptura e o que penso que o QREN 2007/ 2013 irá tentar fazer como uma das últimas, senão a última oportunidade nesta matéria, é de facto provocar uma ruptura positiva na sociedade portuguesa fazendo com que os actores percebam que ou agarram o conhecimento como um instrumento de renovação permanente, ou, então, de facto o país tenderá a ter imensos problemas estratégicos para o futuro.

Dianova: **É aqui, nas suas últimas palavras que reside a essência do novo capital ?**

Dr. Jaime Quesado: Sim sem dúvida, a essência do novo capital reside precisamente nesta capacidade de ruptura positiva. O Karl Marx quando escreveu "O Capital" no fundo assumiu que havia uma necessidade de ruptura no sentido em que os trabalhadores deviam apropriar-se dos instrumentos e fazer deles o seu elemento de participação na sociedade. No fundo é essa a essência da teoria Marxista. E a do Novo Capital, não sendo uma teoria estabilizada como foi a teoria do Marxismo, no fundo é um pouco isso, ou seja, os actores que fazem a sociedade do conhecimento, que são essencialmente actores criativos, actores com talento, actores com conhecimento, têm que ter a capacidade de perceber e de a sua mensagem ser percebida de que, efectivamente, é com uma ruptura permanente que se consegue fazer com que as organizações e os países como um todo assumam a sua capacidade de evolução estratégica para o futuro. ■



Tema de Actualidade

Capital Social: Redes de Relações Sociais, Normas e Confiança



Isabel Castro

Doutoranda do ISEG na área de Sociologia Económica e das Organizações. Investigação na área do Capital Social, Redes de Relações Sociais e Confiança.

Mestre em Economia e Política Social, ISEG.

Licenciada em Economia pelo ISEG. Investigadora do SOCIUS-ISEG. Consultora da CESO I&D.

Segundo algumas "leituras" realizadas sobre o conceito de capital social, parece-nos que as discussões mais pertinentes se concentram em torno da **função e das características inerentes ao capital social**, isto é, para alguns o capital social resulta das características dos indivíduos, para outros resultará mais da interacção dos indivíduos uns com os outros, estando aquele dependente da relação (tipo e formas) que os indivíduos estabelecem uns com os outros.

Independentemente da defesa de características individuais ou colectivas implícitas no conceito teórico de capital social, parece-me bem mais importante questionar o interesse recente por este conceito, dado que a sua substância revela ser tudo menos recente¹. A forma como nos relacionamos uns com os outros, independentemente das nossas características ou das características do(s) grupo(s) em que estamos inseridos, foi e será sempre complexa de analisar, pela multidimensionalidade e complexidade dessas mesmas relações. As relações não se definem, apenas, pela sua densidade ou estado difuso, não se definem, apenas, pela centralidade da nossa posição nessas relações ou pelo poder ou pela influência que exercemos ou as relações exercem nas nossas vidas. Embora todos estes aspectos sejam muito importantes, não são exclusivos na definição do nosso estar "inserido" socialmente ou do volume de capital detido por nós em interacção com os outros. Há mais, muito mais e parece ser neste "mais" (factor KS?), difícil de conceptualizar e consensualizar, que se deve enquadrar o conceito de capital social. Para as nossas relações também contribuem fortemente factores genéticos, factores/características individuais e colectivas que nos tornam únicos no colectivo e colectivos específicos. Estes, serão, porventura, os factores que mais concorrem para a "inserção" ou a predisposição para o estabelecimento de relações contingentes ou duradouras com os outros. Factores como o talento natural, a inteligência, a educação, os níveis de esforço, a sorte não são distribuídos igualmente pelos indivíduos, nem são susceptíveis de "contabilização" e "comparação linear". A complexidade de apreensão do que está em causa, ao falar-se de capital social, parece-me o fundamento essencial para a não existência de consenso teórico, nem consenso para a sua medição.

É neste sentido que passamos, de seguida, em breve retrospectiva alguns aspectos que consideramos pertinentes nas abordagens ao capital social efectuadas por autores considerados pioneiros nesta problemática, como são os casos de Pierre Bourdieu, James Coleman, Robert Putnam, Nan Lin, Francis Fukuyama de entre outros, para, depois, apresentarmos, também, outras perspectivas do capital social, enquanto rede de relações sociais de grupos, comunidades ou instituições, perspectivas mais próximas das partilhadas por organizações internacionais como a OCDE e o Banco Mundial, as quais encaram o capital social mais como um activo que pode ser mobilizado com eficácia e eficiência pelos grupos ou instituições para prosseguirem os seus objectivos.



Iniciando, pois, com a abordagem de **Pierre Bourdieu** (1986:103)², na sua perspectiva, para cada indivíduo o volume de capital social que possui depende da dimensão da rede de conexões que pode efectivamente mobilizar, mas depende, também, do volume de capital (económico, cultural e simbólico) possuído, legitimamente, por cada uma das pessoas com quem se está conectado. Para Pierre Bourdieu, **a disposição para adquirir e manter determinado volume de capital social**, para além de não ter uma distribuição uniforme entre os indivíduos, já que depende de um trabalho de socialização passado, presente e futuro, essa disposição **não se tem apenas por se ser membro de um grupo. Essas disposições são intrínsecas ao indivíduo e são o que o leva a mobilizar-se, mais ou menos explicitamente, para a pertença a um grupo.** O capital social, na óptica de Bourdieu, tem duas componentes: a primeira é que é um recurso que está relacionado com a pertença a um grupo e com as redes sociais; a segunda reside no facto de estar baseado no conhecimento e reconhecimento mútuo, sendo por esta razão que assume um carácter simbólico e é transformado em capital simbólico.

James Coleman (1988:98)³ partilha, de forma aproximada, da ideia de Bourdieu, no sentido em que também **defende que o capital social pode constituir um recurso, disponível nas redes de relações sociais, que os indivíduos podem utilizar para atingirem os seus objectivos/interesses.** De acordo com Coleman, se nos posicionarmos na teoria da acção racional, em que cada actor tem controle sobre certos recursos, e interesses em determinados recursos e acontecimentos, então o capital social constitui um género particular de recurso disponível para um actor. Para este autor o capital social também pode ser, à semelhança de outras formas de capital, produtivo, o que torna possível a prossecução de alguns fins que, na sua ausência, não se tornariam possíveis. A **função identificada pelo conceito de "capital social" é, segundo Coleman, o valor, enquanto recurso, de alguns aspectos da estrutura social para os actores que os**

podem utilizar na prossecução dos seus interesses. Alguns destes aspectos ou componentes da organização social que podem contribuir para o valor produzido são as obrigações, as expectativas e a lealdade/confiança. São as relações baseadas nestas componentes que poderão constituir recursos de capital úteis para os indivíduos e para as instituições. Contudo, as obrigações, expectativas e confiança podem dar origem a diferentes tipos e formas de relações, tipos e formas que poderão ser consideradas positivas ou negativas, dependendo do ângulo de análise.

Também Adler and Kwon (2000:4)⁴, chamam a atenção para as dificuldades e confusões que contornam a investigação do capital social, salientando que este está, ainda, numa fase de "excitação emergente" do ciclo de vida típico de um conceito "umbrella", ou seja, uma noção que significa "muitas coisas para muitas pessoas", daí que, para além do consenso básico de que o capital social deriva das relações sociais, há desacordos e confusões consideráveis no que respeita a aspectos específicos das relações sociais que criam capital social. Para alguns autores, a fonte do capital social está na estrutura formal das ligações que constituem a rede social (*structural holes*, menor ou maior abertura das redes, densidade, etc.), para outros, o capital social residirá, antes, no conteúdo dessas relações (normas, crenças partilhadas, obrigações, etc.).

No mesmo sentido, adverte-nos Alejandro Portes⁵, sobre a confusão que muitas vezes se estabelece nas discussões em torno do conceito desenvolvido por Coleman, confusão entre três elementos que o autor considera fundamentais distinguir num tratamento sistemático do conceito de capital social: "(...) (a) os possuidores de capital social (os que fazem as solicitações); (b) as fontes do capital social (os que acedem às solicitações); (c) os recursos propriamente ditos."

Robert Putnam, um dos autores também muito referenciado nesta problemática, no seu artigo "The Strange Disappearance of Civic America"⁶ (1996:34) entende como capital social as características da vida social – as redes, as normas e a confiança – características que dão a capacidade aos seus participantes de agirem em conjunto de forma mais eficaz para atingirem os seus objectivos partilhados (1996:34). Para este autor é muito importante a noção de "envolvimento cívico", como as ligações das pessoas com a vida das suas comunidades e não apenas as suas ligações com os aspectos políticos.

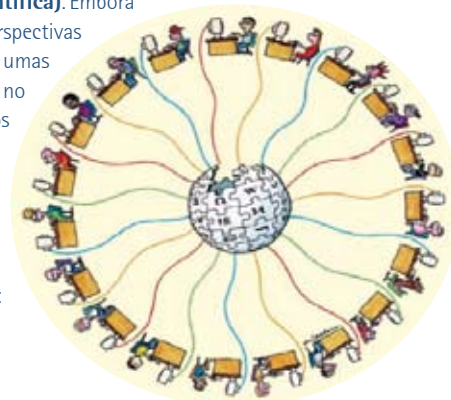
Outro autor cujas abordagens se aproximam da posição do Banco Mundial é Francis Fukuyama (2000:3)⁷ que defende que não são apenas as normas que constituem o capital social. Elas devem conduzir à cooperação entre grupos e, portanto, estão relacionadas com virtudes tradicionais como honestidade, cumprimento de compromissos, reciprocidade e estima/gosto. Algumas das normas prosseguidas por determinados grupos não estão claramente na base do capital social. Na aceção de normas partilhadas, Fukuyama (1996:36)⁸ adianta que "(...) a confiança é a expectativa que emerge de uma comunidade, em que os seus membros se caracterizam por um comportamento estável e honesto e por regras comumente partilhadas. Estas normas podem dizer respeito a questões de «valor» profundo, como a natureza de Deus ou da justiça, mas podem também referir-se a normas seculares, como códigos deontológicos e os de etiqueta". Ou seja, para Fukuyama o capital social é uma capacidade social cuja emergência se deve à prevalência do factor «confiança» numa dada sociedade ou em parte dela, e é criado e transmitido através de mecanismos

culturais como a religião, a tradição ou o hábito historicamente transmitido. Mas, embora Fukuyama não tenha dado especial realce às externalidades positivas e negativas que o capital social pode gerar, o mesmo não se pode dizer de Alejandro Portes⁹. De facto, Portes, um dos autores que também muito tem contribuído para o desenvolvimento de conceitos "antigos" aplicados a "novas" realidades, foi um pouco mais além na sua abordagem, hoje, muito referenciada pela Nova Sociologia Económica (NSE). Um dos conceitos que considera muito importante na abordagem do capital social, são as **redes sociais**, tipo de estrutura em que as transacções económicas se encontram incrustadas. Restringindo-nos ao conceito, Portes afirma que as **redes sociais "(...) são conjuntos de associações recorrentes entre grupos de pessoas ligadas por laços profissionais, familiares, culturais ou afectivos. E que são importantes na vida económica, na medida em que são meios de aquisição de recursos escassos, como o capital e a informação, e porque impõem simultaneamente constrangimentos eficientes à prossecução ilimitada dos interesses pessoais."** (Portes, 1999:13)

Em suma, "as redes podem ligar indivíduos no interior de organizações/instituições e de comunidades e entre elas. As redes não são as únicas estruturas sociais onde as transacções se encontram incrustadas, emergem muitas vezes como características de agregados de maior dimensão. Contudo, as redes constituem geralmente os contextos mais imediatos que influenciam os objectivos dos indivíduos, bem como os meios e os constrangimentos que se lhes apresentam. Dependendo das características das suas redes e das posições sociais no interior delas, os indivíduos podem ser capazes de mobilizar uma quantidade significativa de recursos, de evitar um controlo apertado do seu comportamento egoísta ou, pelo contrário, podem encontrar-se estreitamente condicionados pelas expectativas impostas pelo grupo." (Portes, 1999:16) Esta capacidade de mobilizar uma quantidade significativa de recursos é precisamente, segundo Portes, o que corresponde ao **capital social**.

Sendo a perspectiva de Woolcock (2000:14)¹⁰ partilhada pelo Banco Mundial em que "uma definição restrita do capital social será aquela que o considera como uma série de associações horizontais entre pessoas que incluem redes sociais e normas associativas que afectam a produtividade e o bem-estar da comunidade e que (...) o capital social facilita a coordenação e a cooperação", salienta este autor que, na sua opinião, existem quatro perspectivas de análise sobre a relação existente entre capital social e desenvolvimento económico: a) a visão comunitária; b) a visão de redes; c) a visão institucional e d) a visão "sinérgica" (afirmando ser com esta que mais se identifica). Embora

as diferentes perspectivas se distingam umas das outras, têm, no entanto, pontos comuns que foram resumidos, pelo autor (2000:14), no quadro seguinte (tradução nossa):



Tema de Actualidade

Perspectiva	Actores	Prescrições Políticas
Visão comunitária Associações locais	Grupos comunitários; Organizações voluntárias (ONG's) IPSS	- "Small is beautiful" - Reconhecer os activos sociais das pessoas
Visão de redes Laços comunitários "bonding" e "bridging"	Empresários Associações económicas Mediadores de informação	- Descentralizar - Criar centros empresariais - "Construir pontes" entre sectores sociais
Visão institucional Instituições políticas e legais	Sector público e privado	- Outorgar liberdades civis e políticas; - Implementar transparência e responsabilidade das instituições perante a sociedade civil
Visão "sinérgica" Redes comunitárias e relações Estado-Sociedade	Grupos comunitários; IPSS; Sociedade civil; Empresas Estados	- Coprodução; - Complementaridade; - Fomentar a participação; - Fomentar o associativismo; - Aumentar a capacidade e escala das organizações locais.

Todos os actores pertencentes à Economia Social ou Terceiro Sector, caso das ONG's e das IPSS, serão actores privilegiados em todas as perspectivas de relacionamento entre capital social e desenvolvimento económico, sobretudo, nas perspectivas comunitárias e sinérgicas. De facto, são estes os actores apontados como preferenciais naquelas duas perspectivas, opinião que partilhamos por considerarmos serem estas instituições as que melhor poderão "maximizar" os recursos necessários à valorização indispensável do capital social que possuem e para concretizarem com eficiência e eficácia as medidas políticas prescritas em cada uma das perspectivas de relacionamento entre capital social e desenvolvimento.

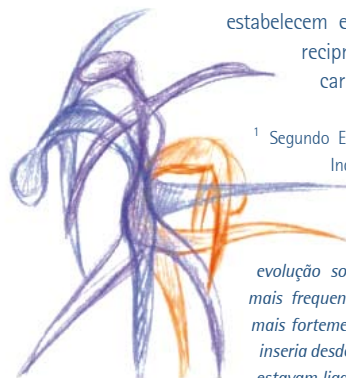
Das diferentes "leituras" expostas, conclui-se ser o conceito de capital social muito difícil de definir e muito mais de obter consenso. Quer na vertente mais institucional, mais comunitária, mais de redes, mais funcionalista, mais economicista, mais... e mais, o capital social parece ser tudo o que se queira, menos, talvez, o que é na sua essência: "capital humano" (no sentido mais profundo do homem e, por isso, indefinível e indefinido).

Para terminar deixamos apenas algumas questões que, pensamos, serem cruciais para uma reflexão profunda e futura sobre esta problemática qualitativa do capital social:

- (i) Resultará o capital social da interacção entre os indivíduos, isto é, das redes de relações que estabelecem ou, antes, das suas características pessoais (no sentido de maior ou menor aptidão para o envolvimento em relações sociais, de maior ou menor nível de inteligência pessoal e emocional, de maior ou menor propensão para confiar, etc.)?
- (ii) Poderá o capital social vir a ser gerido, à semelhança dos outros tipos de capitais, no sentido de ser produtivo e reprodutivo? Por quem e com que meios?
- (iii) Dependerá a dimensão do capital social de cada um e mesmo o colectivo, da maior ou menor participação cívica? E a maior ou menor participação cívica tem uma relação directa ou inversa com o capital social? E a ser directa será proporcional? Ou seja, será que, como defendia Robert Putnam, quanto maior for a participação cívica, maior será a

magnitude do capital social e, inversamente, quanto mais se isolarem os indivíduos mais declinará esse mesmo capital?

(iv) Resultará a dimensão do capital social da "capitalização" instrumental (no sentido do estabelecimento de relações com objectivos pré-determinados) deste recurso por parte dos indivíduos ou, antes, da natureza das relações que os indivíduos estabelecem entre si (relações de confiança, reciprocidade, altruistas e outras de cariz normativo)?



¹ Segundo Elias, Norbert (2004), *A Sociedade dos Indivíduos*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, Portugal, 2ª Edição, Setembro, 259 (2004:203), "Em fases mais remotas da evolução social, o homem singular estava (...) mais frequentemente e, também, de modo geral mais fortemente ligado às associações em que se inseria desde o nascimento. Os homens singulares estavam ligados vitaliciamente e, em todo o caso, de forma mais vinculada, a unidades sociais pré-estatais, isto é, sobretudo ao clã, à terra ou à tribo, pois eram associações das quais podiam, conforme as circunstâncias, esperar ajuda e protecção em dificuldades extremas da vida. Nas sociedades evoluídas, e isto também significa nas sociedades que são mais ricas enquanto tal, nomeadamente em capital social, o nível de integração do estado tem assumido cada vez mais esta função de último recurso nas contrariedades da vida.(...)"

² Bourdieu, Pierre (1986), "The Forms of Capital", in John G. Richardson (ed.): *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*, New York, Greenwood Press, pp. 96-111.

³ Coleman, James (1988), Social Capital in the Creation of Human Capital, *American Journal of Sociology*, Volume 94, Supplement, pp. 95-120.

⁴ Adler, Paul S. And Know, Sook-Woo (2000), "Social Capital: Prospects for a New Concept", <http://www.worldbank.org>, Version: September 4, 2000, 69 p.

⁵ Portes, Alejandro (2000:137), "Capital Social: Orígenes e Aplicações na Sociologia Contemporânea", *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 33, Oeiras, Setembro.

⁶ Putnam, Robert (1996), "The Strange Disappearance of Civic America", *The American Prospect*, Volume 7, Issue 24, December 1, pp. 34-48.

⁷ Fukuyama, Francis (2000), *Social Capital and Civil Society*, International Monetary Fund, Working Paper, WP/00/74, 18 p.

⁸ Fukuyama, Francis (1996), *Confiança – Valores Sociais e Criação de Prosperidade*, Gradiva – Publicações, Lda., Lisboa, Portugal, 1ª edição, Setembro, 412 p.

⁹ Portes, Alejandro (1999), *Migrações Internacionais: Orígenes, Tipos e Modos de Incorporação*, Celta Editora, Oeiras, 160 p.

¹⁰ Woolcock, Michael and Narayan, Deepa (2000), Capital Social: Implicaciones para la Teoría, la Investigación y las Políticas sobre Desarrollo in <http://www.worldbank.org/poverty/scapital> ■



Michelle Bachelet, Presidente do Chile, visita Dianova Chile



No passado dia 21 de Junho, a Presidente do Chile, Michelle Bachelet, visitou o Centro de Tratamento para Mulheres Dianova em San Bernardo (Chile), em que afirmou que o tratamento da toxicod dependência é uma prioridade para o seu Governo e reafirmou este compromisso através do convénio CONACE-FONASA-MINSAL. O Governo chileno considera que o consumo problemático de drogas é uma doença crónica tratável, que não só compromete a saúde física e mental das pessoas mas também afecta as suas relações interpessoais, sociais e o seu desempenho profissional, pelo que aqueles que padecem desta problemática podem recuperar-se e reinserir-se socialmente através de um processo terapêutico.

O tratamento para mulheres toxicod dependentes é complexo, dado demorarem mais a procurar ajuda e apresentarem maior taxa de abandono, particularmente quando têm filhos. Esta visita permitiu constatar os avanços e a diversidade da oferta pública e privada de tratamento de drogas e a importância que o Governo lhe atribui, constituindo adicionalmente um exemplo dos frutos que rende a parceria entre o público e privado. Para mais informações visite o site www.dianova.cl. ■

Não há droga sem senão...



Dr. Francisco Porto Ribeiro
Vogal de Direcção

Consumo de Substâncias e VIH/Sida

ABRACO • 15 ANOS

É com gosto que participamos no artigo proposto pela Dianova, para esta edição da EXIT. O nosso interesse prende-se com o facto de o VIH/SIDA ser um drama que atravessa toda a sociedade, revelando-se pelas mais diversas formas e modos e propagando-se por vias de comportamentos de risco, sendo a toxicod dependência um dos mais rotineiros modos de propagação, através da partilha de seringas.

A relação do VIH/SIDA com a Toxicod dependência, para além das similaridades clínicas e das familiaridades de tratamento, prende-se pela via da partilha de informação, numa óptica de prevenção. A acção da ABRACO, na área da toxicod dependência, visa contribuir para a redução de novos casos de contágios e, em simultâneo, promover o tratamento combinado destas duas realidades, que se cruzam, por vezes, chocando-se em determinadas fases, sugerindo opções cuidadas e personalizadas. O facto mais imediato é a troca de seringas em todas as delegações, de acordo com o protocolo desenvolvido com a ANF, Associação Nacional de Farmácias. Defendemos, dessa forma, simplificar o processo de sensibilização sugerindo uma segunda opção de vida dizendo "Não à seringa em segunda mão". Não promovemos o consumo da droga, não é esse



Não há droga sem senão...

o nosso propósito, muito pelo contrário, apenas sugerimos que no caso de opção que o façam com seringas novas, sem novas infecções. O risco de recontágio de VIH, ou de estímulo para novas infecções, só agrava a situação da pessoa infectada contribuindo, em muito, para a redução das defesas do organismo da pessoa infectada. Mas então, a questão que se coloca é se não promovem o consumo, como o combatem? Por diversas formas, umas mais directas, outras pela sugestão e outras ainda, pela prevenção.

Por exemplo, este ano celebra-se 15 anos de plena actividade da ABRAÇO, em prol de uma sociedade melhor e mais esclarecida, na defesa dos direitos das pessoas com VIH/SIDA. E é com orgulho que vemos frutos do trabalho realizado e o reconhecimento do mesmo pela via de um protocolo estabelecido com os NA, Narcóticos Anónimos, para a realização de reuniões abertas e fechadas nas nossas instalações. Desta forma, identificamos os consumidores e encaminhamos para os grupos de partilha e de auto-ajuda onde, envolvidos com casos semelhantes e encontrando um ponto em comum de diálogo e discursos, num meio de pessoas que rapidamente identificam os sintomas, os medos e as fraquezas (porque já passaram pelo mesmo), podem prestar o apoio considerado necessário. Este aspecto revela-se fulcral para o sucesso da iniciativa pela partilha de conhecimentos e acção conjunta, com sinergia de recursos, para uma sociedade melhor. Pretende-se agir em conjunto, fazer campanhas conjuntas, mais eficazes e direccionadas para o público-alvo, VIH e Toxicod dependência. Até porque o VIH não é exclusivo dos mais desfavorecidos, ao contrário do que se pensa, e a droga também não, pelos diversos factores.

Para além do trabalho que os NA estão a realizar nas nossas instalações, temos uma equipa de psicólogos envolvidos nesta área que explora o tema e a acompanha com particular atenção. Todo este trabalho está a ser gerido pela nossa área de adição (adicao@abraco.pt) que visa apoiar quem precisa, sem preconceito, sem estigma e sem discriminação, respeitando o ser humano e exigindo os direitos para si reservados numa sociedade evoluída.

Há semelhança de outros aspectos, promovemos acções gratuitas sobre Prevenção sendo possível contactar a ABRAÇO para prevencao@abraco.pt e solicitar ou inscrever-se em acções que decorrem por todo o país. Essa acção é importante porque quando se fala de população infectada pelo vírus do VIH fala-se de uma população multi-racial, multi-tendencial, colocada em todos os lugares sociais e posições de maior ou menor destaque,



independentemente da cor, do credo, da língua, da idade, etc. Hoje, um diagnóstico de VIH/SIDA deixou de ser um diagnóstico de morte mas, quando relacionado com outros aspectos, é necessário optar por medicação combinada (o que nem sempre é fácil de conseguir e nem todos os médicos conhecem os novos fármacos).

Porque a humilhação, o descrédito e a indiferença matam. Em 2007, pelos 15 anos de actividade, a campanha "DÊ-NOS UM ABRAÇO" visa aproximar a população, em geral, porque valorizando a vida, não se podem criar estereótipos (www.abraco.org.pt). A actual equipa da ABRAÇO aborda o tema do VIH numa óptica de responsabilidade social, de novas oportunidades, de integração e respeito reduzindo o estigma da discriminação. ■

Cannabis mais perigosa que o ecstasy incrementa prevalência de doenças mentais

Toda e qualquer substância psicoactiva provoca alterações no SNC, no comportamento e na forma de perceber o mundo, particularmente quando os consumidores são jovens em processo de formação e estruturação de personalidade. A distinção entre drogas lícitas (tabaco, álcool e psicofármacos) e ilícitas (cannabis, ecstasy, cocaína...) e leves e duras, a aceitação social do álcool, publicidade disruptiva gerada pelas relações perniciosas entre desporto e bebidas alcoólicas, movimentos pela legalização das ditas drogas leves como a cannabis, em nada ajudam a promover uma educação centrada em hábitos e estilos de vida saudáveis, gerando, pelo contrário, uma cada vez menor percepção social do risco associado ao consumo de qualquer uma destas drogas.

É também um lugar comum dizer-se que o consumo de cannabis não faz mal, ou faz menos mal do que outras substâncias. Depois de em 1997 o jornal britânico "The Independent" ter feito campanha pela despenalização da cannabis, 10 anos depois vem pedir desculpas num artigo publicado em Março último a que faz alusão o jornal Courrier International na edição de 22 de Junho. E porquê esta retracção? O primeiro factor prende-se com o facto de actualmente a cannabis ter um **teor de THC que chega a ser 20 vezes superior** ao de então, consubstanciando mais danos a nível fisiológico, comportamental e sobretudo neurológico, relacionado directamente com o segundo factor – **aumento de perturbações psíquicas** associadas ao seu consumo. O Reino Unido viu duplicado para 1000 o número de casos de pacientes admitidos nos hospitais, levando a amplitude do problema a que médicos, políticos e toxicodependentes apelem a uma mudança

de posição sobre a cannabis, tendo a nova comissão encarregue de avaliar a política britânica em matéria de drogas pedido recentemente ao Governo que repense a sua atitude uma vez que a sociedade tem subavaliado drasticamente os perigos desta droga.

O Professor Neil McKegancy, do Centro de Pesquisas sobre o Abuso de Drogas da Universidade de Glasgow, afirma que se está perante uma geração devastada pelos efeitos do consumo de cannabis. Do Instituto de Psiquiatria de Londres, King's College of London, o Professor Robin Murray alerta para o facto de ¼ dos consumidores de cannabis serem especialmente vulneráveis, manifestando cinco vezes mais riscos de desenvolver uma perturbação psíquica se fumarem cannabis, dado esta droga aumentar a produção de dopamina que pode originar alucinações características da esquizofrenia.

O certo é que cada vez mais, em todo o mundo e em Portugal, se começa a assistir a uma procura crescente de tratamentos face à baixa de rendimento escolar ou ao incremento de problemas mentais e laborais. Neste âmbito, o IPL iniciou em 2007 um estudo de cinco anos denominado IMPaCT (*Improving physical health and reducing substance use in severe mental illness*) que tem por objectivo melhorar a saúde física e mental de pessoas com doença mental provocada ou potenciada pelo consumo de drogas. + info em www.iop.kcl.ac.uk.

Ignorar a situação ou considerá-la um mal menor apenas fará com que parte da nossa geração futura possa ficar irremediavelmente perdida. ■

Drogas

www.socialcapitalgateway.org

É um portal especializado na temática do capital social que tem por objectivos disponibilizar recursos a investigadores, estudantes e profissionais interessados no estudo do capital social e outros temas relacionados como pobreza e desenvolvimento. Para além de documentação diversa, promove troca de ideias, debates, estatísticas e ligações de interesse sobre os tópicos referidos. É de salientar a realização da conferência "**Benefícios e riscos do capital social no terceiro sector**", que terá lugar em **Milão a 22-23 Novembro de 2007** organizada pela Università Commerciale Luigi Bocconi.

<http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/home.html>

O SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, do Instituto Superior de Economia e Gestão – UTL, é uma unidade de investigação nas áreas de Organizações, Trabalho e Emprego, Sociologia Económica, Economia Social, Espaço e Sociedade, Ciência e Tecnologia e Sociologia Política e Relações Internacionais. Entre as suas actividades encontram-se a investigação, cooperação científica nacional e internacional, orientação de teses mestrado e doutoramento, consultoria e formação.

O Novo Capital

O Novo Capital assume-se como um Manifesto de Posicionamento das Novas Tendências que marcam a sociedade do conhecimento em que vivemos. Como refere o autor, "o papel das pessoas é decisivo. São cada vez mais necessários "actores do conhecimento" capazes de induzir dinâmicas de diferenciação qualitativa nos territórios. Capazes de conciliar uma necessária boa coordenação das opções centrais com as capacidades de criatividade local. Capazes de dar sentido à "vantagem competitiva" de Portugal, numa sociedade que se pretende em rede".

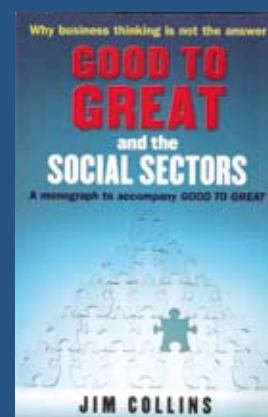
Autor: Jaime Quesado | 1ª Edição: 2006
RÉSXXI / Formalpress



Good To Great

O autor refere que devemos rejeitar a ideia – bem intencionada, mas muito errada – de que a via principal para a grandiosidade no sector social é tornar-se mais parecido com o mundo empresarial. A maioria das empresas encontra-se entre a mediocridade e razoabilidade. Poucas são excelentes. Importa sobretudo abarcar a linguagem da grandiosidade ou da excelência, cujos princípios são igualmente aplicados às empresas e às organizações sem fins lucrativos.

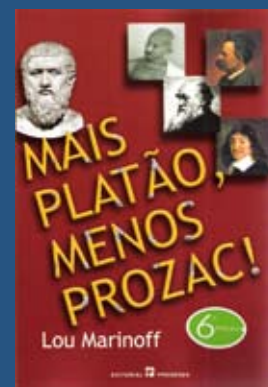
Autores: Jim Collins | 1ª Edição: 2006
Random House Business Books



Mais Platão, Menos Prozac

Porque a chave para a nossa felicidade está sempre em nós, o aconselhamento filosófico é uma prática que procura, à luz da Filosofia, ajudá-lo, por si, a resolver os problemas do quotidiano. Este livro pode ser uma preciosa ajuda para que se encontre consigo e combina uma miríade de casos de estudo com uma premissa de ouro: a verdadeira paz atinge-se por meio da contemplação, não dos medicamentos. Platão sim, Prozac não!

Autores: Lou Marinoff | 6ª Edição: Janeiro 2007
Editorial Presença



Associação Dianova Portugal

Qtª das Lapas, 2565-517 Monte Redondo TVD

Tel.: +351 261 324 900 | Fax: +351 261 312 322

Email: rui.martins@dianova.pt | www.dianova.pt

Ficha Técnica

Propriedade, Administração e Redacção:
Associação Dianova Portugal

Qtª das Lapas, 2565-517 Monte Redondo TVD Tel.: 261 324 900 | Fax: 261 312 322

Email: rui.martins@dianova.pt | www.dianova.pt

Coordenação Editorial: Rui Martins

Design: Orange – original communication

Impressão: Gráfica Torriana, S.A.

ISSN: 1646-0383

Depósito Legal: 214288/04

Distribuição: Gratuita

Periodicidade: Trimestral

Tiragem: 2.500 exemplares